

**Desafios e oportunidades na formação de preços no Brasil: uma análise comparativa internacional** - por Mariana Izuka, Fernanda Kazama, Francisca Torres e Regiane Barros

Quando tratamos de formação de preços de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, há duas principais linhas a serem seguidas:

- Formação de preço “por custo”, baseado em custos auditados, de modo que o operador tenha maior controle, garantindo previsibilidade, mas com menor flexibilidade por parte dos Agentes;
- Formação de preço “por oferta”, onde os custos são definidos pelos agentes de mercado, proporcionando maior dinamismo, mas sujeito a falhas de mercado.

O modelo adotado no Brasil é de formação de preço “por custo”, onde os preços de curto prazo são definidos por modelos matemáticos que minimizam os custos operacionais. No entanto, a crescente participação de fontes renováveis intermitentes, como eólica e solar, e a descentralização da geração com a micro e minigeração distribuída adicionaram complexidade à operação do sistema, mostrando-se oportuno um aprofundamento nas oportunidades e riscos do desenho de mercado atual brasileiro.

De modo a conhecer experiências internacionais relevantes a serem consideradas antes de direcionar novos rumos para o nosso país, a equipe da GEPME realizou visitas técnicas a El Salvador, Colômbia e Noruega no âmbito do Projeto Meta II – Formação de Preços. Os principais insights são apresentados nos parágrafos a seguir.

El Salvador inicialmente utilizava preços baseados em oferta e migrou para um modelo baseado em custos após enfrentar falhas de mercado. O país também participa do Mercado Elétrico Regional, compartilhado com nações da América Central. Para enfrentar o desafio do excesso de geração em determinados períodos, El Salvador adotou a possibilidade de os geradores pagarem para garantir prioridade no despacho, evitando assim o corte de sua geração.

A Colômbia, cuja matriz elétrica é predominantemente hidrelétrica, mantém um modelo baseado em ofertas, com um mecanismo de leilões de confiabilidade para mitigar a variabilidade dos preços em períodos de escassez hídrica. Um exemplo relevante é o processo de liquidação colombiano, que realiza um despacho ideal ex post seguido pela reconciliação das medições, o que pode gerar discussões sobre o modelo vigente de liquidação no Brasil, que valora os dados medidos (ex post) com base em preços calculados ex ante.

Por fim a Noruega que também tem predominância hidrelétrica e faz parte do mercado nórdico, possui uma atuação em bolsas de energia permite maior flexibilidade e liquidez na negociação de contratos de energia.

Destaca-se que qualquer mudança para um modelo baseado em ofertas no Brasil exigiria medidas para mitigar o poder de mercado, coordenar a operação das hidrelétricas

e garantir mecanismos de longo prazo que assegurem a segurança e a estabilidade do setor.

Uma discussão mais ampla desse tema será publicada no livro Energia em Transformação – A Contribuição das Mulheres para a Transição Energética.